

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei do Legislativo Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo viabilizar o recebimento por parte dos Vereadores de Campo Largo, agentes políticos essenciais ao bom desenvolvimento legislativo de nossa cidade, de direitos assegurados constitucionalmente a todos os trabalhadores, por questão de justiça e dignidade.

Verifica-se que a tese de repercussão geral fixada pelo STF no RE nº 650.898 (Tema 484) é a de que o art. 39, § 4º da Constituição Federal não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.

A decisão do STF não reconhece como direito subjetivo dos agentes políticos a percepção de 13º salário e de adicional de férias, mas apenas assegura a constitucionalidade no recebimento de tais benefícios, caso previstos em lei.

Não tem, portanto, natureza constitutiva de direito, sendo necessária a edição de diploma normativo próprio nesse sentido.

Nesses termos, o direito a concessão do décimo terceiro salário e terço de férias reafirma o compromisso do devido respeito e fortalecimento da Carta Maior, incentivando o valor do trabalho em benefícios que dignificam toda classe laboral e a legítima representatividade municipal.

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo, em 01 de setembro de 2023.



Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP. Brasil.

JOÃO CARLOS FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo



Alexandre Guimarães Vice-Presidente

Câmara Municipal de Campo Largo MARCIO ANGELO BERALDO 023.586.939-28 01/09/2023 13:29:16

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-

Márcio Beraldo 1º Secretário

André Gabardo 2º Vice-Presidente



Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-

Sargento Leandro Chrestani 2º Secretário